

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA E NOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Viviane de Sousa¹

RESUMO

Este artigo visa discutir sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular, os benefícios que a inclusão pode proporcionar aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como refletir sobre as estratégias e metodologias e os problemas enfrentados em sala de aula no tocante a aprendizagem destes alunos. Este estudo oportuniza ao educador desenvolver uma visão holística sobre sua atuação relacionando teoria à prática e os resultados de suas ações, com o objetivo de conscientizar e promover reflexões sobre sua práxis. Em tempo, é importante ressaltar que utilizamos como referencial teórico: Carvalho (2000; 2003; 2004), Mantoan (2003), Mittler (2000), Werneck (2000), artigos e sites da internet que acertadamente discorreram sobre o assunto. A metodologia utilizada é a qualitativa, desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica, na qual realizamos um levantamento das discussões em relação a temática. O resultado esperado desta pesquisa é o de promover uma indicação de mudança de atitudes e de conceituação do que seja a inclusão e o trabalho desenvolvido neste ambiente através de uma reflexão crítica sobre a ação do educador num processo global no qual haja o envolvimento de todos os segmentos.

Palavras – chave: inclusão; necessidades especiais; aprendizagem.

SPECIAL EDUCATION IN PERSPECTIVE AND THE CHALLENGES OF EDUCATION INCLUSIVE

ABSTRACT

This article aims to discuss the inclusion of people with special educational needs in mainstream schools, the benefits that inclusion can provide students with special educational needs, as well as reflect on the strategies and methodologies and the problems faced in the classroom regarding the learning of these students. This study provides an opportunity to the educator to develop a holistic view of its activities relating theory to practice and the results of their actions, in order to raise awareness and promote reflection on their practice. In time, it is important that we use as a theoretical framework: Carvalho (2000; 2003; 2004), Mantoan (2003), Mittler (2000), Werneck (2000), articles and

¹ Graduada em Pedagogia, Pós-graduada em Educação de Jovens e Adultos.
Atua como professora da Educação Básica.
Cadernos da Fucamp, v.15, n.23, p.107-119/2016

websites that rightly spoke about the subject. The methodology used is qualitative, developed through a literature search, which conducted a survey of the discussions regarding the topic. The expected result of this research is to promote an indication of changing attitudes and conceptualization of what is inclusion and work in this environment through a critical reflection on the action of the educator in a global process in which there is the involvement of all segments.

Key - words: inclusion; special needs; learning.

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte da escola como espaço de formação e produção do saber, que tem por objetivo atender às necessidades de qualquer indivíduo que necessite ou não de apoio para desenvolver-se em diferentes aspectos no contexto escolar e para que os alunos se apropriem do conhecimento com autonomia revertendo em construção da cidadania.

Este estudo foi decorrente das inquietações que me acompanharam ao longo do percurso acadêmico e da minha vida profissional. Vale salientar também que, diante do desafio da inclusão, especificadamente, do processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular, é que foi desenvolvido este trabalho, no qual pretende-se responder ao questionamento: é possível uma prática pedagógica de qualidade, de forma a propiciar aprendizagem e que realmente haja a inclusão das crianças com deficiência na rede regular de ensino?

Justificou-se a escolha desse tema pelo fato de que há muitas dúvidas em relação ao assunto e querer aprofundar os meus estudos para entender como se processa a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, perante uma sociedade que necessita vencer preconceitos, eliminar estereótipos, rever valores e de como construir novos paradigmas diante de uma educação significativa para todos.

Essa temática nos leva a várias reflexões que por ora muito importante: Qual a realidade da educação inclusiva no Brasil? Qual o papel da escola na perspectiva da inclusão dos portadores de necessidades especiais na educação e como as escolas comuns

estão sendo preparadas para a tarefa de incluir crianças com necessidades educacionais especiais? Como se dá a relação entre o professor e o aluno portador de NEE e quais metodologias serão aplicadas para que se tenha uma aprendizagem significativa e a permanência dessa clientela no recinto educacional?

Essa pesquisa visa refletir sobre os benefícios que a inclusão pode proporcionar aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como repensar sobre as estratégias e metodologias e os problemas enfrentados em sala de aula no tocante a aprendizagem destes alunos, de forma que fique claro que toda criança tem o direito de estar na escola com os recursos necessários para usufruir cada vez melhor do ambiente escolar. No que visa à noção de escola inclusiva frente às diferenças, Carvalho (2004, p.29) pontua que:

Escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer um dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento. (CARVALHO, 2004, p. 29).

Atualmente, a inclusão social está amplamente discutida nos diversos segmentos da sociedade brasileira, e, nas últimas décadas, esta discussão cresceu consideravelmente no Brasil. Como consequência, tem originado a elaboração de políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão de alunos com necessidades especiais, enfocando o respeito às diferenças, os direitos humanos e a participação com igualdade de todos os cidadãos no exercício pleno da cidadania.

Em especial, ao olhar pelo viés da educação têm ocorrido muitas mudanças, principalmente nas concepções e a orientação em geral para a investigação e para a intervenção pedagógica a fim de que os sujeitos portadores de necessidades especiais desfrutem de uma aprendizagem satisfatória e significativa. Em quaisquer que seja sua limitação, perante a lei, todos os alunos têm direito a frequentar uma escola de ensino regular.

A inclusão é um movimento que caminha a longo tempo e que oportuniza aos portadores de necessidades especiais acesso às escolas regulares de ensino, em que estes possam se sentir seguros e partícipes, visando eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem envolvendo a participação de toda a comunidade.

O início do movimento da Educação especial em escola inclusiva no Brasil, foi marcado pela sua participação na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jontiem, Tailândia, no Fórum Mundial da Educação, em Dacar, Senegal e, principalmente, com a Declaração de Salamanca, em 1994, quando os princípios da educação inclusiva ficaram mais explícitos (MEC/SEESP, 2008).

Mas não basta apenas que estes estudantes estejam matriculados na escola, é preciso que deem a eles oportunidade de ser, fazer e conviver de maneira colaborativa. Construir uma escola inclusiva significa assumir um compromisso de rever as concepções e os paradigmas até então estereotipado em torno da educação. Neste contexto, é indispensável que haja valorização e respeito à diversidade e especificidades dos alunos, atendendo as suas necessidades e desenvolvendo o potencial de cada um.

É relevante que se verifique ainda se na prática existem condições necessárias de aprendizagem, atendimento apropriado para o desenvolvimento integral de potencialidades e habilidades na escolarização desses alunos e, principalmente, se a inclusão propicia essa aprendizagem ou não.

Breve contextualização da educação especial

Para dar seguimento à temática em questão, recorreremos a história da Educação Especial. Buscamos situar historicamente o percurso da educação especial, tanto no cenário mundial como brasileiro, levando em consideração as suas concepções que foram ao longo do tempo evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que nos ocorreram em diferentes momentos históricos.” (BRASIL, 2001, p.25).

Durante a história da humanidade, embora silenciadas, as pessoas com algum tipo de deficiência estiveram presentes nas mais diversas épocas e lugares. Quando era legitimado qualquer tipo de deficiência, o abandono, o desprezo e a rejeição, geralmente, eram praticados contra essas pessoas, uma vez que eram vistas como indivíduos que não possuíam nenhum valor social. Diante disso fica evidente que durante todo o período da

Antiguidade as pessoas com deficiência eram consideradas como um atraso para a sociedade, sendo excluídos do convívio social.

Foi por vontade de se fazer presente ou tornar-se visível para o conjunto da sociedade que algumas lutas foram sendo travadas em prol dos sujeitos com necessidades especiais. E com isso, diferentes concepções e práticas acompanharam a evolução histórica da Educação Especial, a começar pela fase da exclusão, seguida da segregação institucional, da integração e mais recentemente da inclusão.

Nota-se que por muito tempo não havia um olhar clarificado sobre o assunto. Devido a esses sofridos percursos passados pelas pessoas portadores de necessidades especiais ao longo dos anos levaram a sociedade a um mundo de exclusão que são arraigados e estereotipados até a contemporaneidade. Diante disso constatamos a dificuldade da sociedade de uma forma até mesmo “generalizada” que, aceitar o diferente, ou seja, considerar a alteridade como uma condição inerente ao mundo humano ainda encontra-se muita resistência.

Aquilo que escapa da norma e que nos tira da zona de conforto nos causa constrangimento e desconforto. A tendência, infelizmente, é rejeitar, porque somos incapazes de pensar fora do instituído como certo, verdadeiro ou superior.

Até a década de 90, as escolas aceitavam alguns alunos “deficientes”, porém estes teriam que adaptar-se aos métodos de ensino que eram impostos. E essa adaptação normalmente não acontecia. Isso porque várias eram as limitações destes alunos que pela equipe escolar naquele contexto não era levado em consideração. Por esse motivo a permanência nas instituições escolares era deficitária.

De acordo com o pensamento de Werneck (2000) “a inclusão é para todos porque somos diferentes”. A oficialização do embrião do conceito de sociedade inclusiva foi em 1981 quando a Organizações das Nações Unidas (ONU) instituiu o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) que contou com a participação de entidades governamentais e não-governamentais, com a mídia mundial e com nações de porte diversos no cenário econômico-político internacional. Esta reafirmava que por 365 dias havia necessidade de o planeta reconhecer com firmeza os direitos das pessoas com deficiência.

Em consonância, seguiu-se a Década das Nações Unidas pra Pessoas Portadoras de Deficiência. Neste período (1983 a 1992), foram consolidados os princípios filosóficos, éticos e políticos que, embora lento e progressivo, vem sustentando um processo de

construção da cidadania e dos direitos das pessoas deficientes, incluindo necessariamente as mudanças da legislação.

Outro documento relevante, podemos mencionar o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, adotado pela Assembleia Geral da ONU (1982), este é o pioneiro que oficializa o conceito de equiparação de oportunidade para todos. Para a ONU, equiparação de oportunidades é visto como “processo através do qual diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços, atividades, informação e documentação são tornados disponíveis pra todos, particularmente para pessoas com deficiência”. (WERNECK, 2000)

A deficiência, na sua amplitude, pode ser classificada em cinco categorias distintas e complexas, são elas: deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiência múltipla e deficiência física. Em suma, a pessoa portadora de algum tipo de deficiência é percebida como um ser incapaz, uma anormalidade ou, até mesmo, doença. É uma interpretação limitada e inadequada que a sociedade faz e que aos poucos, de forma lenta e gradual, vem sendo problematizada, revista, questionada e ampliada.

No que se refere à definição de Educação Especial, pontuado na Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais, entende-se por Educação especial:

É a modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, p. 22, 2001).

Em relação a portadores de necessidades especiais, a definição esclarece que a pessoa que possui algum tipo de deficiência, seja sensorial, física, múltipla, intelectual, tem necessidade de recursos especializados para o seu desenvolvimento a fim de superar ou minimizar suas limitações.

Inclusão escolar: estereótipos arraigados da educação especial.

Em 1988, a promulgação da Constituição pontua movimentos em direção da educação inclusiva no Brasil. Nela foi estabelecido que a educação é direito social de todo cidadão brasileiro. O artigo 208 prevê como dever do Estado “O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Esse dispositivo legal aparece revisto, posteriormente, na Lei nº 9.394/96, que reafirma ser dever do estado promover “O atendimento educacional especializado gratuito aos educandos portadores de necessidades educativas especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. nº4º, inc. III). Essa mesma lei prevê serviços de apoio especializado e abre possibilidades ao atendimento em classes, escolas ou serviços especializados, quando não houver possibilidade de integração na classe comum. É importante ressaltar que essa Lei avança no sentido de destacar a Educação Especial como modalidade de ensino, concedendo um capítulo específico para suas determinações.

Portanto, somente a partir da década de 90, o assunto sobre a inclusão passou a ser fortemente discutido. Inclusive, no ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia, momento que foi discutido e acordado na “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” o seguinte: satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, entendendo a educação como um direito fundamental de todos.

Ressaltando que no artigo 3º desta declaração fica especificado que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Porém, vimos que existem muitas contradições entre o discurso, a legislação vigente e a ação. Muitos profissionais de ensino clamam, entre outros fatores, as condições de trabalho, a dificuldade na formação continuada do profissional, o número elevado de alunos por turma, o despreparo e a insegurança para ensinar alunos portadores de necessidades especiais. Grande parte dos educadores se sente despreparados para trabalhar com a diversidade.

Segundo Mantoan (2003, p.76),

A maioria dos professores têm uma visão funcional do ensino e tudo que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado.

Todavia, há várias dúvidas e incertezas entre muitos professores, nos quais os mesmos se dizem incapacitados para trabalhar com crianças especiais, muitas escolas não estão adaptadas para receber essas crianças especiais. Esse assunto gera vários questionamentos, pois muitas instituições de ensino estão caminhando a passos lentos, e por assim dizer, se torna um grande desafio para os profissionais da educação, os quais pretendem tornar a inclusão algo efetivo e com bons resultados.

Há poucos professores capacitados para atender a esta demanda, e há outros que não querem se capacitar. Outro fator preocupante em relação ao tema em estudo é a falta de organização no funcionamento e na estrutura de muitas instituições de ensino. Estas dificuldades precisam ser eliminadas, para que possamos ter uma educação de qualidade para todos os indivíduos. Em relação a isso, Carvalho (2003, p. 28) comenta que:

Ao lado de muitos educadores que se mostram receptivos e interessados na presença de alunos com deficiências, em suas salas, há os que a temem, outros que a toleram e muitos que a rejeitam. (CARVALHO, 2003, p. 28)

Entretanto, a mudança na postura de todos os envolvidos torna-se imprescindível, uma vez que a escola que deseja ir ao caminho da inclusão necessita adquirir novas estruturas e também habilidades e profissionais competentes para seu desenvolvimento e com isso apresenta inúmeras dificuldades para se tornarem escolas inclusivas, onde todos os alunos se sintam bem-vindos.

Dentre todos os documentos, destacamos este como sendo considerado mundialmente um dos mais importantes que visam à inclusão social: A Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial, ou seja, é de origem e referência para a educação inclusiva no mundo. Declaração de Salamanca (1994, p.15).

(...) a expressão 'necessidades educacionais especiais' refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. (...) Neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiência ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

As oportunidades de avanço e direitos para as pessoas com deficiência estão estabelecidas e requereu maior espaço com esta Declaração de Salamanca (1994), pois

trata-se de uma resolução das Nações Unidas, considerado mundialmente um dos mais importantes movimentos, pois visa à inclusão social que pontua princípios, políticas e práticas para as Necessidades Educativas Especiais, visando garantir acesso de qualidade à educação a todos.

A inclusão ainda assusta grande parte dos professores que veem os alunos portadores de necessidades especiais inseridos numa turma de ensino regular como alunos “especiais” e “diferentes”.

Seguindo as linhas de raciocínio de Mittler (2000):

A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações. (MITTLER, 2000)

Diante do mencionado acima, o processo de inclusão requer cuidados na sua amplitude de significado, por todos os segmentos da escola e da comunidade, pois o que se pretende não é apenas a inserção de pessoas deficientes no ambiente escolar, mas sim um sistema educacional direcionado para as pessoas com ou sem deficiência, onde todos possam estudar e conviver com a diferença. Ou seja, a inclusão escolar não diz respeito a colocar somente as crianças num banco de escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais adaptadas às especificidades do alunado bem como mais responsivas às necessidades de todos os discentes.

A escola sendo um espaço educativo tem como função a preservação e a transmissão cultural e o papel fundamental de possibilitar a singularidade de cada sujeito num ambiente pluralista e diversificador. Para isso é essencial que seja um espaço acessível para todas as pessoas, independentemente de suas potencialidades. Como corrobora Mittler (2000):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2000)

E isso não deve ser visto como algo negativo. Ao contrário, trata-se de uma experiência ímpar em que professores poderão desenvolver suas habilidades e potencialidades de trabalhar com as diferenças por meio de uma prática pedagógica

flexível. E este trabalho busca envolver o espaço, o tempo, os conteúdos e os recursos. E com isso, tanto os alunos ditos “normais” terão a oportunidade de desenvolver noções de, entre outros valores, respeito e aceitação em relação aos alunos portadores de necessidades educativas especiais e quanto estes, por sua vez, poderão exercer sua cidadania e frequentar uma escola regular, socializando-se com outras pessoas, não se sentindo excluídos e tão pouco, isolados.

Segundo a versão preliminar de 2007 da Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva,

O movimento mundial pela inclusão, como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeou a defesa do direito de todos os alunos pertencerem a uma mesma escola, de estarem juntos aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2007)

Dentro desse contexto, a inclusão significa o aluno estar NA escola, participando, aprendendo e desenvolvendo suas capacidades e habilidades, uma vez que estes são considerados alunos potenciais. E isso, com certeza, requer desafios. Para que se concretize esse processo, é preciso dar à escola um perfil mais ético, colocando nas salas de aula não só um currículo, mas na prática do cotidiano uma ampla e comprometida discussão acerca das diferenças individuais, respeitando e valorizando cada um na sua individualidade. Pois de que adianta o governo fazer cumprir o papel que lhe cabe na Constituição se a sociedade ainda se corrompe perante o quesito ao tratar de alunos portadores de deficiências matriculados em escolas regulares?

Carvalho (2000) nos aponta que:

Inúmeros e complexos são os desafios à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Por inclusão, estou me referindo ao acesso, ingresso e permanência desses alunos em nossas escolas como aprendizes de sucesso e não como números de matrícula ou como mais um na sala de aula do ensino regular. (CARVALHO, 2000, p.101)

O perfil de uma escola comprometida com a formação de pessoas com necessidades especiais deve contemplar o seu aluno como co-responsável pelo saber. Estar apta a transpor barreiras, acolher, respeitar as diferenças, valorizar a curiosidade, estimular

a autonomia favorecendo a autoestima e o sucesso escolar, independente da sua condição e limitação. A escola em um aspecto global deve adaptar-se às necessidades dos estudantes portadores de necessidades educativas especiais, visto que deficiência não é doença e não podemos esperar que ela desapareça para que a criança possa ir à escola

A legitimidade da sociedade inclusiva só se dará quando houver o desmascaramento do processo. A falta de informação e de formação corrompe o indivíduo, impedindo-o de assumir o papel de que a deficiência também é nossa, uma vez que trazemos um acúmulo lento e gradativo de informações inadequadas sobre o tema “deficiência” e o pior é que na maioria das vezes não se busca aperfeiçoamento e capacitação competente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo surge a partir de inquietações e dúvidas sobre a Educação especial num momento de inclusão nas escolas regulares. Podemos perceber vários movimentos em prol do processo de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nas instituições de ensino regular. Todavia é visível considerar que o movimento de inclusão observado não é suficiente para a demanda existente. Há muita incoerência entre teoria e prática devido à falta de recursos e suporte pedagógico para a implementação e desenvolvimento da educação inclusiva de forma efetiva em classes regulares

As discussões no âmbito educacional ressaltam a necessidade de repensar a organização pedagógica da escola de modo global. No entanto, através desta pesquisa, concluímos que a entrada de alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular ainda há muito que caminhar.

Indiscutivelmente, há um distanciamento entre a educação para alunos “especiais” e a educação para alunos ditos “normais”. A falta de informação e formação mascara a realidade e corrompe as pessoas e o sistema educacional.

Para que a inclusão de educandos portadores de necessidades especiais em sala de aula de ensino regular seja significativa e alcance bons resultados, precisa-se desenvolver uma nova perspectiva de educação, com características de inclusão que não seja só no papel, é preciso que haja comprometimento de todos os envolvidos no processo. Não basta a escola ser sensível ao fenômeno de inclusão, matricular os alunos e deixá-los a quem do

sistema. É necessário haver mudanças estruturais, metodológicas e organizacionais do ambiente escolar para receber, estimular, manter e educar alunos com necessidades especiais, visto que toda criança tem o direito de estar na escola com os recursos necessários para usufruir cada vez melhor do ambiente escolar, independente de qualquer limitação. Uma criança motivada aprende melhor e também compreende o mundo a sua volta de forma mais digna e atrativa.

Entretanto, por se tratar de um processo complexo e delicado, não é só a escola responsável pelo sucesso ou fracasso no processo da inclusão de pessoas portadores de necessidades especiais, pois é relevante elucidar que as terminologias utilizadas para definir essa clientela sempre estiveram, em épocas distintas, atreladas a conceitos sociais. A fim de se efetivarem ambientes escolares inclusivos, novas reflexões devem ser realizadas no âmbito da comunidade escolar, mas também uma reestruturação social deve ser construída com bases sólidas e alicerces bem arquitetados, a fim de definir estratégias de ação, participação e organização do ensino, garantindo e melhorando o atendimento às PNEEs, combatendo atitudes discriminatórias e construindo uma sociedade inclusiva, na qual as oportunidades sociais sejam garantidas a todos os cidadãos.

Contudo, para incluir é preciso aceitar as diferenças individuais como uma qualidade e não como um obstáculo ou até mesmo uma patologia, é imprescindível olhar para o ser humano e não para sua deficiência, valorizando esta diversidade humana pela sua importância de ser vivente e para o enriquecimento de todas as pessoas envolvidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p.39-40.

_____. **Ministério da Educação**. Lei das diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. São Paulo; Saraiva, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Porto Alegre. Mediação. 2000.

_____, R. E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

_____, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 07 FEV. 2016.

DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. (1994, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**. Contextos sociais. Porto Alegre. Artimed, 2000.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2ª ed. 2000.